

## **Pelo fim da estabilidade no serviço público**

**“A estabilidade leva à acomodação e cria a situação que ocorre hoje”. (José Gomes Temporão, Ministro da Saúde)**

Como muitos dos meus amigos já sabem, sou um severo crítico da estabilidade no serviço público. Ela gera ineficiências, comodismo e perda de qualidade inconcebível. O ministro da saúde do governo Lula, José Gomes Temporão, parece concordar comigo. Matéria de O Globo de hoje traz na terceira e na quarta página um raio-x das propostas apresentadas pelo ministro sobre uma mudança na gestão dos hospitais federais. A base dessas mudanças é a vinculação do repasse de verbas ao cumprimento de metas de qualidade, além da “celetização” de médicos e demais funcionários públicos nos hospitais.

Alega o ministro que o risco de demissão devido ao descumprimento de tais metas levaria os servidores públicos à efetivamente trabalharem. Não poderia concordar mais com o ministro. O fim da estabilidade deve ser estendido à maioria das carreiras no serviço público. Todos os funcionários devem ser contratados via regime CLT e caso não cumpram suas funções de forma adequada, rua.

Nos tempos de FHC tentou-se construir uma reforma administrativa utilizando esses preceitos. O ex-ministro Bresser (ele participou da reforma), inclusive, tem alguns artigos em seu site sobre os preceitos fundamentais da reforma. A maior parte delas tem a ver com a gestão de pessoas e não, como muitos tentam argumentar, com a melhoria da infra-estrutura. O ponto central deve ser a mudança na gestão de pessoas.

Imagine você estendendo o fim da estabilidade para todos os servidores públicos. Estipulando metas de desempenho, criando bônus financeiro para o seu cumprimento. Adotando, por fim, os mesmos preceitos que regem a maioria dos empregados da iniciativa privada. O que ocorreria? Simples: teríamos um serviço público com mais qualidade.

Como qualquer mudança, a proposta pelo ministro esbarra no corporativismo. Os sindicalistas alegam que essas medidas são uma tentativa de privatização do sistema. Chega a dar vontade de rir. Qualquer medida que seja proposta é logo classificada como “privatista” pelo *status quo*. O hospital continuaria sob a tutela do Estado, mas os funcionários teriam de erguer as mangas e trabalhar. Não se trata de nenhum movimento privatizante (antes fosse), como alegam os sindicalistas. Trata-se de uma mudança de postura na cobrança por resultados.

A abertura da economia no final da década de 80 (com o seu aprofundamento no governo FHC) vem trazendo novas práticas de gestão para as empresas privadas brasileiras. Essas novas práticas, aos poucos, estão contaminando o serviço público. Isso é muito bom, pois gera eficiência e traz qualidade para serviços tão importantes quanto saúde e educação. É, por fim, uma ótima notícia nesse começo de domingo.

VÍTOR WILHER